

**AO (À) ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2025**  
**PROCESSO Nº 34/2025**

**AZIZ SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.301.055/0001-80, com sede na Rua Francisco Alves de Oliveira, nº 69, Centro, São Roque de Minas/MG, CEP 37.928-000, por sua representante legal, Sra. **ELIENE SANTOS BARACHO**, CPF nº 090.588.886-30, com fundamento no art. 164 da **Lei nº 14.133/2021** e no art. 24 do **Decreto nº 10.024/2019**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, a respeito da **IRREGULARIDADE EDITALÍCIA – INOBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO VIGENTE** contidas nos itens 6.1.2 do termo de referencia, pelos fundamentos a seguir articulados:

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE**

A presente impugnação foi protocolada dentro do prazo legal, em conformidade com o art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, cabendo administrativa e juridicamente. Defende-se a necessidade de observância dos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao edital, julgamento objetivo, razoabilidade e eficiência, pilares da nova Lei de Licitações.

#### **II. DOS FUNDAMENTOS**

Não se discute, em momento algum, a legalidade da exigência material de que as empresas licitantes estejam regularmente autorizadas pela Polícia Federal para executar atividades de monitoramento eletrônico. Ocorre, contudo, que o edital incorre em flagrante **vício formal no item 6.1.2**, ao exigir que essa autorização seja comprovada **exclusivamente por meio de cópia de publicação no Diário Oficial da União (DOU)**, ignorando completamente os mecanismos oficiais e atualizados de comprovação hoje adotados pela própria Administração Pública Federal.

Nos termos da **Lei nº 14.967/2024**, que institui o novo Estatuto da Segurança Privada, a autorização para atividades como o monitoramento eletrônico remoto é emitida exclusivamente pela **Polícia Federal**, por meio de **Certificado de Regularidade** eletrônico, válido por meio do portal **gov.br**, sem qualquer exigência de publicação no DOU. A imposição dessa forma arcaica de comprovação — quando já há meio eletrônico oficial, seguro e amplamente aceito — **contraria os princípios da legalidade, eficiência, proporcionalidade e isonomia** (art. 5º da **Lei nº 14.133/2021**), além de violar o **art. 62 da mesma lei**, que veda exigências documentais além do estritamente necessário à habilitação.

A exigência, portanto, revela-se não só **tecnicamente desatualizada**, mas também **juridicamente insustentável**, criando barreiras formais injustificadas à participação de licitantes plenamente aptos, prejudicando a competitividade e arriscando a nulidade do certame.

Portanto, é absolutamente necessário e juridicamente imperativo que o edital seja **retificado**. Deve-se corrigir o item 6.1.2, para admitir comprovação por meio do **Certificado de Regularidade eletrônico emitido pela Polícia Federal**, e **suprimir** o item 6.1.2, por estar fundado em normativos **inexistentes no ordenamento jurídico atual**.

A manutenção dessas exigências afronta não apenas o princípio da legalidade (art. 5º, caput, Lei 14.133/2021), mas também compromete a isonomia, a competitividade, a razoabilidade e a vinculação ao instrumento convocatório. Diante do exposto, requer-se a **procedência integral da presente impugnação**, com a imediata **retificação do edital** para garantir sua conformidade com a legislação vigente, resguardar a legalidade do procedimento licitatório e assegurar a ampla participação de empresas aptas a contratar com a Administração Pública.

### III. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E RECONHECIMENTO DO VÍCIO

É relevante destacar que, em **26 de junho de 2025, às 15h10**, foi formalmente solicitado **esclarecimento à Administração quanto à exigência contida no item 6.1.2 do edital**, precisamente acerca da forma de comprovação da autorização da Polícia Federal para a atividade de monitoramento eletrônico. Em resposta, a própria Administração afirmou, de maneira expressa, que **“não há regulamentação específica para monitoramento eletrônico”**.

Tal resposta, além de revelar **desconhecimento ou omissão quanto à legislação atualmente vigente** — notadamente a **Lei nº 14.967/2024**, que trata especificamente do tema —, evidencia que a exigência impugnada **carece de respaldo jurídico claro, objetivo e vigente**, sendo incompatível com os princípios que regem as licitações públicas.

# AziZ

## Monitoramento

De: [licitacao@aziz.seg.br](mailto:licitacao@aziz.seg.br) <[licitacao@aziz.seg.br](mailto:licitacao@aziz.seg.br)>  
Enviado: quinta-feira, 26 de junho de 2025 15:10  
Para: MG/SR - Protocolo Delegacia Controle Segurança Privada <[delespprot.drex.srmg@pf.gov.br](mailto:delespprot.drex.srmg@pf.gov.br)>; MG/SR - Delegacia de Controle de Segurança Privada DREX <[delesp.drex.srmg@pf.gov.br](mailto:delesp.drex.srmg@pf.gov.br)>  
Assunto: Esclarecimento sobre Aplicação do Art. 4º da Lei nº 14.967/2024 às Empresas de Segurança Eletrônica

Geralmente, você não recebe emails de [licitacao@aziz.seg.br](mailto:licitacao@aziz.seg.br). [Saiba por que isso é importante](#)

**CUIDADO:** E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Prezados boa tarde!

Com base na **Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024**, que dispõe sobre a regulamentação da segurança privada, gostaríamos de solicitar esclarecimentos quanto à **aplicação do Art. 4º** no contexto das **empresas que atuam exclusivamente com segurança eletrônica**.

O referido artigo estabelece, entre outros requisitos, a **obrigação de contratar e manter no mínimo 15 vigilantes habilitados**. Considerando que esse tipo de exigência está mais alinhado às atividades de **vigilância patrimonial armada**, gostaríamos de saber se tal obrigação **também se estende às empresas que prestam exclusivamente serviços de segurança eletrônica**, que não envolvem a atuação direta de vigilantes.

Desde já, agradecemos pela atenção e aguardamos um posicionamento quanto à correta interpretação e aplicação deste dispositivo legal no caso em questão.

Atenciosamente,

Gabriel

Licitação e Contratos  
(31) 3223-2986 / (31) 98404-4204

**AziZ**  
Monitoramento

[licitacao@aziz.seg.br](mailto:licitacao@aziz.seg.br)

De: Angelita de Assis Castro [[angelita.aac.terceirizado@pf.gov.br](mailto:angelita.aac.terceirizado@pf.gov.br)]  
Enviado em: sexta-feira, 27 de junho de 2025 09:19  
Para: [licitacao@aziz.seg.br](mailto:licitacao@aziz.seg.br)  
Assunto: RE: Esclarecimento sobre Aplicação do Art. 4º da Lei nº 14.967/2024 às Empresas de Segurança Eletrônica

Bom dia,

De ordem do chefe desta DELESP/DREX/SAR/PF/MG informo que considerando a nova Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024, esta Delegacia aguarda regulamentação, com publicação de novo Decreto e Portaria, o que irá nos subsidiar a análise dessas novas atividades que a Lei trouxe. No momento não estamos fiscalizando as empresas de monitoramento, devido a falta dessa regulamentação. Orientamos aguardar.

Atenciosamente,

Sec-DELESP/DREX/SR/PF/MG

De: [licitacao@aziz.seg.br](mailto:licitacao@aziz.seg.br) <[licitacao@aziz.seg.br](mailto:licitacao@aziz.seg.br)>  
Enviado: quinta-feira, 26 de junho de 2025 15:10  
Para: MG/SR - Protocolo Delegacia Controle Segurança Privada <[delespprot.drex.srmg@pf.gov.br](mailto:delespprot.drex.srmg@pf.gov.br)>; MG/SR - Delegacia de Controle de Segurança Privada DREX <[delesp.drex.srmg@pf.gov.br](mailto:delesp.drex.srmg@pf.gov.br)>  
Assunto: Esclarecimento sobre Aplicação do Art. 4º da Lei nº 14.967/2024 às Empresas de Segurança Eletrônica

A manutenção da cláusula, à luz dessa própria declaração administrativa, torna-se **contraditória e destituída de segurança jurídica**, especialmente porque se tenta justificar a exclusão de licitantes com base em regra cuja aplicabilidade sequer encontra amparo normativo consolidado.

Dessa forma, o conteúdo da resposta administrativa **reforça a necessidade inadiável de retificação do edital**, sob pena de nulidade da exigência e de comprometimento da competitividade e isonomia do certame.

**IV – DOS PEDIDOS**

Assim, diante dos vícios apontados, requer-se a procedência da presente impugnação, com a retificação imediata do edital, nos seguintes termos:

- a) Retificação da exigência do **Certificado de Regularidade eletrônico da Polícia Federal**;
- b) E, por consequência, a **reabertura dos prazos editalícios**, nos termos do art. 164, §1º, da Lei nº 14.133/2021, para restabelecer a isonomia e garantir a legalidade do certame.

Nestes termos, pede deferimento.

São Roque De Minas-MG, 25 De Setembro De 2025.



---

**AZIZ SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA**  
ELIENE SANTOS BARACHO  
CPF: 090.588.886-30